

## **EIXO 5 - POLÍTICA EDUCACIONAL, DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE SOCIAL E CULTURAL**

### **POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO MULTIDIMENSIONAL DAS DESIGUALDADES E POBREZA NA AMÉRICA LATINA E CARIBE (ALAC)<sup>1</sup>**

Sônia Aparecida das Dôres  
Professora da Secretaria de Estado de Educação - DF  
soninha2d@gmail.com

**Resumo** - Esse artigo objetiva a dialogar de forma sintética, mas criticamente com elementos conceituais e práticas políticas que envolvem a educação, desigualdades e pobreza na ALAC com intentos de analisá-los sob a ótica da totalidade e da contradição dialética. Analisamos: o contexto mundial/ALAC, atual, os fatores, situações, medidas e intervenções nas desigualdades e na pobreza; as respostas dos Estados frente às políticas públicas contra essa situação e a atuação dos movimentos sociais e informes alternativos inseridos nesses processos. Concluindo, destacamos as aproximações entre países, distanciamentos, reafirmações do real e as inquietudes frente aos temas sociais dessa região.

**palavras-chaves:** ALAC; desigualdades-pobreza; educação.

#### **1- Começando a entender a origem da pobreza e as desigualdades humanas**

Historicamente, as desigualdades e a pobreza tem sido uma constante nas relações humanas de todos os tempos. Distintas civilizações e regiões do mundo instituem padrões de riqueza e hierarquia na intenção de acumular poder como forma de controle e de governança.

Dentro dessa perspectiva, atualmente, populações majoritárias e vulneráveis socialmente sofrem a submissão de grupos quantitativamente menores, porém mais poderosos e organizados que usurpam as decisões sociais com base na mercantilização de todas as formas de relações e produtos da sociedade sem se importarem com a crescente destruição, a curto e em médio prazo das condições necessárias e saudáveis que fazem possível a vida no planeta Terra, como nos recorda Valdivieso, 2012. Distantes da solidariedade e colaboração entre os povos.

Nessas relações, são negligenciadas as origens, características, símbolos e culturas de distintas populações/grupos em favor de uma cultura global que se identifica unicamente com o capital como propriedade, impondo ajustes, reajustes, necessidades de consumo desmedido e paradigmas de vida cruéis. Nasce e cresce cotidianamente uma sociedade desigual, injusta e com padrões de valores embasados na detenção hierárquica do poder, controle do conhecimento

formal e da qualidade de diversos espaços públicos, privatizando-os, como também da tecnologia de ponta, destruição do meio ambiente e domínio da mídia em escala mundial.

Pensamos que chegamos a um ponto de esgotamento de um modelo de organização econômica, produtiva e social, com suas respectivas expressões no âmbito ideológico, político, representativo e cultural que coloca em crise toda uma civilização, impossível de seguir. No entanto, é possível perceber que esse sistema persiste, de crise em crise, ainda assim, se arrasta e leva consigo um rastro de lamentos daqueles que de tão frágeis e oprimidos não conseguem fugir de seus tentáculos, aparentemente enfraquecidos, mas com força o bastante para continuar a sugar desses "empobrecidos" a sua essência - fonte inesgotável para o acúmulo indiscriminado de bens patrimoniais a uma minoria mundialmente rica.

O momento atual nos mostra que as sociedades representadas pelos EUA e países da Comunidade Européia apesar da crise capitalista iniciada em 2009/2013, ainda são as dois principais blocos que guiam e ditam as regras aos demais países. Em nome da paz, segurança e um falso equilíbrio entre os povos, impõem: moeda de troca, produtos de guerra, industrializados, alimentos/comida, formas de governos, políticas públicas de âmbito interno e externo, medicações, vestimenta, todo um modo de viver estandardizado em troca de mão-de-obra barata, serviços prestados por salários baixos devido às regras que controlam e ainda fixam o emprego-desemprego, trabalhos precários em condições insalubres e a perpetuação da pobreza em muitos ambientes geográficos do planeta.

Majoritariamente, essa população se faz presente em países da África, Ásia, Oceania, ALAC e convive com: a herança da colonização européia, exploração desregrada dos bens naturais, ambientais, patrimonial e cultural, desvalorização de suas civilizações, economia pouco desenvolvida e desindustrializada, apenas baseada na subsistência, pouco acesso a tecnologia de ponta, territórios-grupos étnicos em conflitos, guerras, subempregos, moradias paupérrimas, famílias desestruturadas, desnutrição, doenças medievais ainda existentes, desvalorização da figura e papel da mulher, altas taxas de alcoolismo e outras dependências químicas, trabalho infantil, educação precária, analfabetismo, migração, êxodo rural e outros absurdos de cunho imperial - filhos anômalos do capitalismo neoliberal.

Para compensar essa posição, grupos como o G20 e BRICs começam a se projetarem internacionalmente diante desses blocos de mandos tradicionais. Seja nas tentativas de se agregarem, realizarem intercâmbio comercial, cultural ou de ajuda recíproca. Hoje, são os que potencialmente podem de certa forma barrar interesses e criarem um contrapeso na balança internacional. Importante, salientar que esses grupos crescentes também se alinham com o Modo de Produção Capitalista (MPC), e então vem a questão. Será apenas uma troca de liderança desse mesmo sistema ou existe alguma esperança para que haja mudanças estruturais na ordem do desenvolvimento humano sobreposto ao desenvolvimento econômico? Os movimentos sociais internacionalmente organizados podem acelerar esse processo?

## **2- Dialogando sobre o nosso contexto mundial e ALAC**

Começando a responder a indagação acima, gostaríamos de dizer que as mudanças virão e que uma nova ordem está sendo organizada coletivamente e centrada na valorização do ser humano com parâmetros de desenvolvimento econômico-social sustentáveis, respeito aos distintos povos/etnias e as diversidades-pluralidades culturais. Porém, o caminho a ser percorrido parece longo e gradual. No caso ALAC, o MERCOSUL, Governos de países como Brasil, Argentina, Venezuela, Uruguai, Equador, Bolívia e Cuba são hoje uma real ameaça aos grandes interesses hegemônicos norte-americanos na região. No entanto, essa aliança mal se esboça, mostra desenho ainda indefinido de traços leves e trajetórias imprecisas. Tomara que não seja apenas um vulto a mais a considerar, mas que possa se concretizar em nova força de poder, invocando valores mais humanos e solidários embasados em respeito: às mulheres, crianças, idosos, deficientes, povos indígenas, afrodescendentes/povos indígenas e outros grupos vulneráveis que compõem a sociedade fragilizada na região. Buscando na educação, saúde e trabalho, argumentos para a alegria de viver e formas de superação das desigualdades que hoje assolam e isolam pessoas de usufruírem direitos e bem-estar sob os bens públicos coletivamente construídos.

Por todos esses fatores, faz-se importante entendermos que as políticas neoliberais por si só tendem a afetar a estrutura das relações sociais, agravam a questão da desigualdade social e da pobreza e subtraem direitos. No entanto, a situação de crise pode trazer modificações importantes na redefinição e acomodações de ações político-econômicas e sociais nos Estados da

ALAC, sobretudo no mundo do trabalho e em outras áreas de interesses coletivos. Por essa razão, rever as relações solidárias e de interação econômico-socio-cultural, inclusive as comerciais e ambientais entre os países ALAC é de suma importância por entendermos que tais relações podem fortalecer e dar visibilidade midiática e epistemológica sobre assuntos relacionados à pobreza, as suas causas e soluções efetivas, influenciando em um novo equilíbrio de forças, reposicionando esses países diante de outros blocos capitalistas e instituições como o FMI, Banco Mundial e Agências avaliadoras de risco até então hegemônicas e que tanto interferem nas políticas internas e externas dessa região.

Diante desse contexto, é fundamental considerarmos o papel de cada Estado nacional frente a essa crise (2009/2013) e às questões sociais já existentes com a intenção de pontuar suas ações e debilidades específicas, visto que compreendê-lo em suas nuances pode trazer elementos essenciais ao fortalecimento do Estado na condução de políticas públicas próprias sem a interferência de organismos alheios e modelos pré-estabelecidos para solucionar temas urgentes como a pobreza, o desemprego, proteção, gastos sociais e outros, deduzindo que a globalização tem sido a referência a que todos respondem.

Nesse ínterim, convém ressaltarmos que o Estado e o modo de produção capitalista (MPC) sempre caminharam juntos. A economia tem sido a base para o desenvolvimento de suas relações políticas, sociais, culturais, comerciais e ambientais. Para Wood (2006), "a essência da Globalização é uma constante contradição entre o alcance global do poder econômico capitalista e o muito mais limitado alcance dos Estados territoriais de que o capitalismo necessita para sustentar as condições de acumulação." Daí o nosso entendimento do grande valor do papel do Estado em impactar políticas no sentido de reparar danos sociais.

Relembramos que as crises no sistema capitalista têm sido recorrentes e cíclicas. Em 1970 a crise do petróleo, 1980 - aumento exagerado das dívidas externas dos países membros do FMI; México (efeito tequila) - 1994; Tailândia (crise asiática) - 1997; Rússia - 1998; Brasil - 1999; Argentina - 2001. O que se pode ver em comum em meio a essas crises é a presença do Estado como equilibrador dos interesses sociais e o seu papel inegável em buscar recursos para salvar os monopólios (Cuello, 2004). Nessa mesma linha, Horta, 2002, conclui dizendo que: "Na economia global, estes altos e baixos de crescimento e de crises, contribuem ainda mais para a

concentração dos recursos financeiros mundiais em poucas mãos e com limitadas normas e regulações."

Assim sendo, a nova crise do capital (2008/2013) traz um cenário marcado por: agências avaliadoras de riscos financeiros, especulação financeira, tecnologia eletrônica de última geração e grande poderio bélico. Simultaneamente a essa crise, acontece outra crise nos Estados nacionais, que além de se adequarem para salvar os grandes monopólios financeiros precisa lidar com questões de desemprego, queda no consumo de bens produzidos pelas empresas privadas e ainda resolver assuntos sociais preexistentes que tendem a se agravarem, pois o Estado se encolhe cada dia mais frente às questões sociais, muitas vezes, devido aos ajustes impostos pelos fundos internacionais. Complementando, Horta, 2002 revela que: "A capacidade dos governos nacionais para investir em programas de assistência social e políticas de desenvolvimento nacional, foi drasticamente reduzida da mesma forma que o papel do estado também tem sido diminuído."

Desse modo, entender a terminologia utilizada pelos grupos capitalistas e a adoção de conceitos por distintos Estados da ALAC é de suma importância, pois nos ajuda a melhor interpretar suas ações e a redimensionar nossa postura frente às políticas públicas atuais e outras que virão.

## **2.1 - As armadilhas dos conceitos e (re)significados**

Partimos dos pressupostos que a maioria dos países ALAC desenvolvem política estatal minimizada quanto aos gastos sociais, elenca o regime governamental dito democrático e optou pelo desenvolvimento econômico neoliberal. Apreciando essa afirmativa, percebermos os conceitos e seus significados é fundamental, pois esses interferem fortemente na forma de analisar criticamente, elaborar, financiar, disponibilizar recursos, materiais-pessoais e aplicar as políticas públicas desenvolvidas pelos Estados dos distintos países frente à grave comprovação recente de desigualdade social e pobreza que permanece assolando todos os países dessa região, conforme o documento CEPAL, 2011.

Por essa razão, esclarecer conceitos como: cidadania, democracia, desenvolvimento, mercado, direitos, pobreza, igualdade-desigualdade, exclusão-inclusão, trabalho-lazer, emprego-desemprego, equidade-inequidade, participação, espaço público, políticas públicas, emancipação, autonomia, qualidade, índios-povos indígenas e negros-afrodescendentes nos ajuda a entendermos e direcionarmos o nosso olhar para as questões de cunho epistemológico e prático que permeiam atualmente o debate nessa região, confrontando-os e nos posicionando, pois termos iguais podem ter significados diferentes dependendo da época, contexto social-político e espaço geográfico, além de sofrerem resignificação, dependendo do contexto que será utilizado.

Defini-los denota percebermos na linha do tempo e dos espaços físicos, virtuais e públicos as aproximações, os distanciamentos, as semelhanças e as diferenças entre países que ora se entrelaçam e em outros momentos se desvinculam, mas que possuem a mesma matriz quando se trata de temas estruturais como já foi evidenciado anteriormente: a colonização por países europeus, economia baseada na exploração desordenada dos recursos naturais e ambientais, dependência econômica, trabalho, saúde, educação e proteção social precarizados, pobreza marcada por uma discriminação étnico-racial contra povos indígenas e afrodescendentes, problemas de gênero, e tantos outros.

Essa atitude nos permiti enxergar com maior clareza e criticidade as contradições presentes nos espaços nacionais e locais de nossa atuação, plataforma de observação e estudos investigativos ao lidar com elementos de economia/produzitividade, mercado/trabalho e tipos de governos presentes nesse panorama. Visando, sobretudo as políticas públicas que são desenvolvidas e outras que serão adotadas e geradas, no conjunto de necessidades complexas e urgentes do povo da ALAC. Entendendo que as políticas públicas refletem de forma mais contundente as opções conceituais, vistas nas deliberações estatais.

Outro enfoque das definições conceituais refere-se à participação dos movimentos populares, informes alternativos e observatórios sociais ao analisarem políticas públicas (PPs) estatais/governamentais, monitorarem resultados, buscarem soluções e trabalharem pedagogicamente com a sociedade quanto aos fatores, situações e os métodos utilizados para enfrentarem as desigualdades e as condições da pobreza de forma ampliada.

## 2.2 - Fatores, situações, medidas e intervenções nas desigualdades e na pobreza na ALAC

As trajetórias epistemológicas e práticas políticas seguidas pelos diversos países da ALAC revelam dificuldades expressas em grande variedade ao se tratar das condições de sistematização dos aspectos da pobreza. Mais uma vez observamos que as conjunturas locais são de extrema importância ao adotar conceitos e combiná-los com os métodos investigativos que poderão propor soluções originais para a localidade a ser tratada, respeitando as características, culturas, deficiências locais sem descuidar do contexto global. Entretanto, diversos autores como: Guimarães (2011), Jhon Antón e Fabiana Del Popolo (2009), sinalizam para elementos comuns notados em toda a região, assim elencados:

a) Os agentes da pobreza: a reprodução intergeracional da pobreza, acesso restrito e deficitário na educação e no sistema de saúde em quantidade e qualidade, baixos índices de escolaridade, as famílias cada vez mais afetadas, crianças e jovens não podem ascender ou manter-se no sistema educativo, precariedade do trabalho, diferenças estruturais no mercado de trabalho que afetam aos afrodescendentes e povos indígenas, baixos salários, subemprego, informalidade, instabilidade, exploração infantil e de gênero, sobretudo a mulher que convive com a hierarquização e discriminação dentro dos grupos vulneráveis, e infra-estruturas inadequadas para o desenvolvimento das potencialidades humanas e bem-estar;

b) Os atores envolvidos: sistema econômico capitalista, processo de globalização, o governo, representado pela ausência do Estado através de políticas públicas focalizadas, localizadas e afirmativas, que ajudam a agravar a situação de desvantagens dos afrodescendentes/povos indígenas, o conjunto da sociedade, que constroem relações sociais de subordinação estabelecidas a partir das características fenotípicas, negligenciando o padrão afro/índio e privilegiando sempre o “branco” e por fim, os meios de comunicação;

c) As falhas dos métodos: Invisibilidade epistemológica, conceitual e midiática, problemas de quantificação e de organização da população afrodescendente/povos indígenas, desvantagens acumuladas, falta de estudos sólidos em demografia que permitam desvelar as reais condições dos afrodescendentes/ povos indígenas na região, falta de dados confiáveis e informação cientificamente elaborada em distintas regiões da ALAC e não apenas uma olhada regional senão com privilégio local;

d) Olhar ampliado, multifacetário e solidário dos métodos: status socioeconômico que é transmitido de uma geração a outra, a mortalidade materna, infantil, a taxa de desocupação laboral, a porcentagem de população abaixo da linha de pobreza e a desnutrição infantil. O comportamento demográfico segundo estratos socioeconômicos e mecanismos de transmissão associados a desvantagens na infância, mobilidade intergeracional em termos de ingressos ou educação através de análises de regressão ou de movimentos ao longo de uma periodicidade.

e) Organismos internacionais: o papel das agências internacionais na região em vários aspectos, pesquisando, denunciando e procurando propostas. As interpelações realizadas aos instrumentos internacionais, garantindo os direitos humanos dos povos e grupos étnicos e minorias culturais promoveu uma dinâmica na política que permitiu a concepção de novas iniciativas transnacionais na luta contra o racismo, a pobreza e a desigualdade na região;

f) Focos necessários: gravidez na adolescência - a mulher, abortos e partos em condições insalubres, a/o jovem, população infantil quanto à alimentação, nutrição, saúde, mortalidade infantil e da mãe, o trabalho e medidas para a melhoria de qualidade de vida. Baseados em esforços centrados na educação, saúde e trabalho de forma interdisciplinar, focando os determinantes da gravidez em adolescentes e jovens. Além de leis que garantam o exercício de direito a reprodução. Suficientes políticas estatais para a inclusão dos afrodescendentes/povos indígenas e em particular as mulheres destes grupos étnicos.

Para sintetizar esse quadro, é importante salientarmos as debilidades pertinentes ao fator habitacional, a perda progressiva nos setores mais formalizados de trabalho e as reformas econômicas liberalizantes que acarretaram mais desemprego, trabalho informal, desigualdade social e menos proteção social aos grupos vulneráveis, onde o Estado tende a aparecer nas situações cada vez mais extremas de pobreza. Campos, 2011 nos faz recordar que essas condições revelam um quadro de instabilidade social nos países, favorecendo o círculo vicioso de pobreza e exclusão social, na medida em que os baixos níveis de educação formal e as baixas rendas são requisitos para o '*status quo*'.

Portanto, entendermos as políticas públicas da educação é inserirmos no universo estatal de suas ações prioritárias e desvelarmos os conceitos e significados adotados pelos entes oficiais.



### **2.3 - A Educação - as respostas dos Estados frente às políticas públicas contra as desigualdades, pobreza e a atuação dos movimentos sociais e informes alternativos nesses processos.**

O Estado exerce papel fundamental na condução e implementação de políticas públicas, pois tanto pode atuar como elemento que reforça as desigualdades, ao defender os interesses empresariais e privados, como agir a favor das populações e grupos vulneráveis, fomentando e financiando políticas públicas próprias, focais, universais ou afirmativas de acordo com a realidade e intenção de melhorar a distribuição de renda, apostando no 'empoderamento' dos segmentos sociais vulneráveis e sua emancipação.

Em sua prática infere a necessidade de oficialização e adoção de métodos compatíveis entre conceito, medida e aplicação de políticas públicas. Priorizando métodos multidimensionais desde a sua concepção até a fase final com o intuito de compreender e explicar a pobreza de forma ampla e solidária com os outros sujeitos que se encontram em situação de pobreza, não minimizando tal situação. Os conceitos, as operacionalizações, critérios, programas e políticas públicas precisam estar coesos e serem decisivos na vontade político-administrativa de erradicação da pobreza. Assim, dimensionar melhor as questões de nutrição/fome e desenvolvimento/subdesenvolvimento humano, através de trabalho contínuo e avaliado continuamente por todos os envolvidos, sobretudo a população pobre assistida que já vimos em ALAC se tratar dos afrodescendentes, indígenas, mulheres, crianças, idosos, jovens, deficientes e pessoas com orientação sexual diferenciada.

Por outro lado é possível observamos que os atuais governos da ALAC tendem a implementar programas que atacam não apenas a pobreza, mas ações que buscam modificar as relações de poder no interior dos lares, empoderando economicamente as mulheres, pois por diversos motivos, são elas que cuidam e se responsabilizam pela nutrição, saúde, educação e lazer de crianças, jovens e idosos dentro do lar.

Nesse contexto, cabe ressaltarmos que a educação como direito e espaço democrático de formação e aprendizagem é fundamental na erradicação da pobreza, pois além de informar, formar, gerar novos conhecimentos e oportunizar vivências socioculturais pautadas na

pluralidade e diversidades humanas, ajuda a qualificar a utilização do tempo diário da criança e do(a) jovem. Construindo em médio e em longo prazo uma população melhor preparada para o convívio social, mercado de trabalho e com maior consciência de si e do outro, percebendo e lutando por suas necessidades e direitos individuais e coletivos.

Desse modo, destacamos os programas desenvolvidos em países como o Brasil (Bolsa Família/Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil - PETI), México (Oportunidades) e Colômbia (Famílias em Ação) que vinculam a transferência de renda para a família à obrigatoriedade de crianças e jovens estarem inseridos no sistema público de educação. Podemos dizer que esses programas ainda com os efeitos nocivos do neoliberalismo e suas crises intermináveis e da globalização na sociedade da ALAC, mostram a importância da presença da educação como um elemento condicionante das políticas, no sentido de promover melhores condições de vida e poder mudar os rumos da população pobre - ruptura do ciclo intergeracional da pobreza, trabalho infantil, mortalidade materna e infantil, melhorar as relações familiares, empregos com salários dignos para as pessoas, dar visibilidade para a população rural pobre. Todavia, as avaliações revelam que existem necessidades de avançar em áreas como o mercado de trabalho da população adulta, adequar os métodos de medida com os programas de pobreza para que haja ações melhores focalizadas, ampliando e garantindo acesso, quantidade/qualidade dos direitos sociais e a felicidade de todos que demanda urgência.

Apesar dos acertos e bons resultados dos referidos programas ainda é necessário investir concretamente na: erradicação do trabalho infantil, intervir concretamente na questão de territórios étnico-raciais, reforma agrária, gerar oportunidades reais de desenvolvimento humano, social e econômico de forma sustentável, implantando simultaneamente políticas universais, localizadas e afirmativas.

Nesse sentido, as agendas dos movimentos sociais ganham destaque, pois constituem espaços privilegiados de participação por poderem atuar em diversas frentes, agregando grupos de distintos setores que subtece a necessidade de maior equidade de gênero, etnia/raça e outros direitos a conquistarem a partir dos compromissos assumidos em acordos internacionais como: "Estados-Membros na Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres (1979), a Conferência Internacional sobre população e desenvolvimento (1994), a

Cumbre Mundial sobre Desenvolvimento Social (1995) e a Quarta Conferência Mundial sobre as mulheres (1995)", no sentido de recuperar a dignidade e solidariedade nas relações humanas, sobretudo os segmentos sociais estigmatizados pela enfermidade social contemporânea. No entanto, esses movimentos se minimizam por carecerem de participação popular consciente e em quantidade, rompendo a cadeia de renovação e aperfeiçoamento dos métodos de investigação na ampliação da democracia e qualidade na forma de participação.

Quanto aos Informes alternativos, eles podem servir como um instrumento de denúncia, sobre a gravidade da situação de desrespeito e violação aos direitos. Promover um processo aberto e democrático de sugestões, críticas e correções de rumos num processo de trabalho social coletivo. Ajudar na sistematização de dados estatísticos e registros administrativos por etnia/raça, gênero, crianças, jovens e idosos. Assim como, construir espaços públicos e conjuntos de monitoramento participativo e coletivo relacionados com o acesso e controle sobre os recursos materiais e não materiais, com o propósito de averiguar o compromisso dos governos em desenvolver e implementar PPs para que as mudanças necessárias fiquem mais objetivas. Porém, há de considerarmos as fragilidades dos Informes evidenciadas na continuidade de ações internas e externas de difíceis soluções práticas, pois esses não conseguem imprimir novos paradigmas e superar o campo teórico de apenas orientar a sociedade e os governos.

### **3 - Concluindo sobre as novas aproximações, conhecimentos, reafirmações do real e inquietudes aos temas sociais.**

Ao focar a questão da desigualdade e pobreza na ALAC percebe-se que a maioria dos países apresentam aproximações quando compreendem que a pobreza e a desigualdade estão presentes em todos os territórios e sendo assim, existe a necessidade de romper com essa condição social. Outras congruências dizem respeito aos aspectos relacionados com a colonização, herança intergeracional, governos com as práticas ditas democráticas, a adoção de política econômica neoliberal e com a participação cruel, organizada e sistemática dos organismos internacionais e empresas neoliberais interferindo nesse espaço.

Todos os países de uma forma ou outra lidam com problemas de discriminação de gênero, étnica-raça, gravidez na adolescência, mortalidade infantil e de mães, idosos desamparados, desnutrição, baixa proteção e seguridade social, desemprego, trabalho, educação e saúde precários, desemprego, insuficiência de PP e outros. Soma-se nesse contexto, a dificuldade dos países em oficializar um método que possa inferir qualitativamente e de forma substancial na pesquisa e sistematização de dados objetivos sobre o mapeamento da pobreza e suas multidimensões harmonizando: conceitos, indicadores de medidas, métodos e PP, bem como a importante presença dos informes alternativos que têm auxiliado a superar essa dificuldade na região.

Percebemos também que instrumentos importantes como programas governamentais e estatais que tem como base a transferência de renda vinculada à educação tem sido desenvolvidos por diversos países com o objetivo de erradicar a pobreza. Muitos deles investem na construção da autonomia financeira familiar tendo como figura central a mulher, uma vez que o seu papel transcende a si mesma, abrangendo também as crianças, jovens, idosos e ainda sugere um espaço de priorizar e deliberar sobre aqueles que estão envolvidos em questões do lar, como: destino dos ingressos monetários, alimento, saúde, educação e vestimenta, por assim dizer. A maioria ressalta o papel da mulher, nessa construção, como Brasil, Colômbia, México, Equador e outros. Esses tipos de programas têm sido uma experiência animadora de intercâmbio entre os países da região, contudo advertimos a precisão de ampliar a cobertura para que mais pessoas possam ser beneficiadas e se tornem uma política universal.

Nesse contexto de contradições e coesão na ALAC, os distanciamentos entre os países incidem quando cada país apresenta os procedimentos para a realização da superação das desigualdades e pobreza. Podemos destacar as ações isoladas dos governos nacionais apresentando cada qual o seu projeto sem maior articulação e cooperação política regional. Isso não destitui os aspectos locais necessitam de serem privilegiados. Outras diferenças são percebidas quando se trata da quantidade e percentuais de pessoas assistidas, das grandes diferenças conceituais adotadas sobre os padrões, níveis de pobreza e identidade étnico-racial. Os modelos diferenciam significativamente de país para país. Nem todas as PPs contém aspectos significativos para a emancipação pessoal e coletiva (familiar), com também o

monitoramento e acesso à justiça social por intermédios de pessoal habilitado ou espaços, como poderiam ser as instituições públicas para ajudarem em assuntos relacionados aos direitos fundamentais, no setor do trabalho, convivência para a cooperação e outros valores relacionados à vida humana na dimensão pessoal, coletiva e ética.

Pensávamos inicialmente que para uma análise crítica no caso do *'Brasil'* era suficiente: entender a formação do estado brasileiro, seu caráter patrimonialista, as práticas clientelistas, a cultura herdada do trabalho escravo, o cenário étnico do negro e povos indígenas, o embate entre o público e o privado, pois esses elementos, continuamente permeiam o cotidiano social brasileiro em assuntos como a pobreza, má distribuição de renda, problemas da população rural, o desemprego, a fome, o analfabetismo, o grande fosso que separa ricos e pobres, saúde, acesso, permanência e continuidade na educação, mulher, idoso, meio-ambiente e muitos outros. Depois haveria que somar nessa conjuntura os efeitos da globalização e das políticas neoliberais adotadas pelo país por volta de 1990, bem como a participação do Brasil em espaços internacionais atuais como o G20, BRICs, MERCOSUL e a sua posição como uma das lideranças político-econômica na ALAC.

Pois bem, abordando essa mesma problemática após discussões e análises vemos que esse olhar foi ampliado e desvela novos mecanismos de natureza multifacetários sob vários segmentos que não se limita apenas ao Brasil, mas a tantos outros países da ALAC que sofrem do mesmo mal recorrente da pobreza e traz no seu bojo várias desigualdades sociais de complexas soluções com características muito similares, pois algo que foi possível observarmos no decorrer dessa jornada é que a pobreza por mais longe que possa chegar conseguimos identificá-la - a sua cara expressa sempre a mesma maquiagem: olhos tristonhos, boca sedenta, estômago vazio, doenças no corpo e no ar, homens cansados, alcoolizados e migrando para outros destinos, mulheres sem poder e discriminadas, muitas crianças morrendo ao nascer ou ficando órfãs de mãe, as que resistem não se encontram na escola e nem nos parques brincando, correm para a rua em busca de uma vida mais promissora e muitas vezes se deparam com a violência, exploração do trabalho infantil e sexual e então não resta muita saída, vão morrendo aos pouquinhos por se viciarem em drogas ou morrem rapidamente, por causa de uma bala disparada que seja pela polícia corrompida, crime organizado ou ambos em parceria.

Queremos dizer, que as inquietudes persistem quando analisamos atentamente elementos revisados em nossos apontamentos como:

a) ausência de ações e prioridade governamental na implementação de políticas públicas que sejam capazes de responder a graves problemas sociais;

b) presença de crime organizado em locais onde o Estado se ausenta, instituindo mais violência e marginalidade.

c) responder a debilidades frente à globalização econômica;

d) inexpressiva integração econômica regional no contexto ALAC para enfrentar os grandes blocos internacionais

e) não incorporação da agenda social na pauta da integração regional de blocos econômicos;

f) falta de nova arquitetura financeira internacional;

g) ausência dos direitos humanos na política macro-econômica, de forma a envolver a política fiscal, a política monetária e a política cambial;

h) o não entendimento das instituições econômicas internacionais em considerar a dimensão humana de suas atividades;

i) o forte impacto das políticas econômicas nas economias locais e por último, o descompasso entre organismos internacionais como a ONU, as agências financeiras como o Banco Mundial, FMI e tantos outros que acumulam riquezas, monopolizam poder e assim, acabam por defenderem a perpetuação da pobreza por intermédio de um o modelo civilizatório excludente - insustentável para os que não fazem parte desse reino.

---

<sup>1</sup> O presente artigo é um recorte do trabalho final apresentado como exigência parcial para a conclusão do curso: Cidadania e Desigualdades na América Latina e Caribe (CLACSO - Conselho Latino Americano de Ciências Sociais) sob a coordenação da Professora Dr<sup>a</sup>. Maria Magdalena Valdivieso.

## **Bibliografia**

ANTÓN, J. et al. **Afrodescendientes en América Latina y el Caribe: del reconocimiento estadístico a la realización de derechos**. Santiago de Chile, Naciones Unidas – Cepal, 2009.

BAGOLINL, Izete Pengo. **Desigualdade e Pobreza no Brasil: Os Avanços Recentes e as (In) Consistências frente a uma perspectiva de Desenvolvimento de Longo Prazo** (texto em construção), 2012.

BANCO MUNDIAL. **La movilidad económica y el crecimiento de la clase media en América Latina. Panorámica General.** Francisco H. G. Ferreira, Julian Messina, Jamele Rigolini, Luis-Felipe López-Calva, Maria Ana Lugo, y Renos Vakis, 2012.

BENVENUTO, Lima Jr., Jayme (Organizador). **Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais.** Recife, 2004.

CAMPOS, Rosana Soares. **O trabalho precário e reprodução da pobreza. Mulheres camelôs em Porto Alegre, Brasil.** In. ARZATE SALGADO, Jorge. Reproducción de la pobreza en América Latina: relaciones sociales, poder y estructuras económicas / Jorge Arzate Salgado; Alicia B. Gutiérrez; Josefina Huaman. - 1a ed. - Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2011. 366 p.; 23x16 cm. - (CLACSO-CROP). p. 25-50.

CEPAL, **Panorama Social de América Latina** (ONU), 2011.

CUELLO, Raul E. **El neoliberalismo, una ideología contraria al equilibrio social. In. Tiempos Violentos: neoliberalismo, globalización y desigualdad en América Latina/**compilado por Atílio Boron, Julio C. Gambina y Naum Minsburg - 1ª. ed. 1º reim.- Buenos Aires: Clacso, 2004. p. 127-142.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade.** Universidade Estadual de Campinas. Universidade Nove de Julho. Trabalho encomendado pelo Grupo de Trabalho Movimentos Sociais e Educação, apresentado na 33ª Reunião Anual da ANPEd, realizada em Caxambu (MG), de 17 a 20 de outubro de 2010.

GUIMARÃES, Patrick Wöhrle. **Variação de renda Familiar, Desigualdade e Pobreza no Brasil no período 1995 a 2005.** In. ARZATE SALGADO, Jorge. Reproducción de la pobreza en América Latina: relaciones sociales, poder y estructuras económicas / Jorge Arzate Salgado; Alicia B. Gutiérrez; Josefina Huaman. - 1a ed. - Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2011. 366 p.; 23x16 cm. - (CLACSO-CROP). p 241-282.

HORTA, Darío Menanteau. **Impactos Sócio-Políticos de la Globalización en América Latina,** 2002.

Informe Regional sobre Desarrollo Humano para América Latina y el Caribe, 2010.

VALDIVIESO, Magdalena. **Globalización, género y patrón de poder.** Universidad Central de Venezuela (UCV ), 2012.

VALDIVIESO, M. (2012). "*Apuntamientos de clase - contexto*". Sem publicar.

VALDIVIESO, M. (2012). "*Desigualdades en las desigualdades*". Sem publicar.

VALENZUELA, María Elena e RANGEL, Marta (Editoras). **Desigualdad entrecruzadas. Pobreza, género, etnia y raza en América Latina.** Santiago, Oficina Internacional del Trabajo, 2004.

WOOD, Ellen Meiksins. **Estado, democracia e globalização**. In a Teoria Marxista hoje: problemas e perspectivas/ organizado por Atilio Borón; Javier Amadeo e Sabrina González - 1ª edição reimp. - Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociais - CLACSO, 2006. (p. 381-394)

DHESC BRASIL. Disponível em:

[http://www.dhescbrasil.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=519:edital-2012&catid=69:antiga-rok-stories](http://www.dhescbrasil.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=519:edital-2012&catid=69:antiga-rok-stories). Acesso em 02/11/2012.